

Notas explicativas sobre às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A OceanAir Linhas Aéreas S.A. (“Companhia”) foi constituída em 4 de junho de 1998, tendo como atividade principal o transporte aéreo de passageiros e cargas.

A Companhia está domiciliada na capital em São Paulo, e possui sede na Avenida Washington Luiz, 7.059 - Bairro Campo Belo.

Em 26 de abril de 2010, a Companhia adotou o nome fantasia “Avianca”, mediante a um acordo de licenciamento de uso da marca com a Avianca Holdings na Colômbia.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia deu início ao seu processo de expansão internacional, oferecendo voos diários à Miami, Santiago do Chile e Nova Iorque, além das novas rotas à Bogotá partindo de Salvador e Recife.

Em 31 de dezembro de 2017, a frota da Companhia está composta de 56 aeronaves (51 em 31 de dezembro de 2016), sendo 56 por arrendamento operacional. Os modelos dessas aeronaves são:

	2017		2016	
	Próprias	Terceiros	Próprias	Terceiros
MK 28*	-	-	2	-
Airbus A318	-	11	-	13
Airbus A319	-	4	-	4
Airbus A320	-	36	-	30
Airbus A330	-	5	-	2
	-	56	2	49

- (*) Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia transferiu o montante correspondente às peças e componentes de duas aeronaves próprias, modelo MK 28 do grupo de Imobilizado para Ativo Não Circulante Mantido para venda, seguindo o planejamento de encerrar as operações deste modelo de aeronave e renovar a frota, vide nota 9.

No ano 2017 a Companhia apurou resultado positivo nas operações domésticas e prejuízo nas operações internacionais decorrentes das novas rotas que se iniciaram no decorrer do exercício, impactado principalmente pelos custos pré-operacionais e baixo load factor. Em 31 de dezembro de 2017 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 986.288 (R\$ 654.387 em 31 de dezembro de 2016). O plano da Administração para reverter esse cenário é:

Plano de negócios

A Companhia vem cumprindo a expectativa de aumento nas receitas, entretanto, ainda não foi suficiente para produzir resultados positivos em decorrência de mudanças relevantes no mercado, resultantes de aumento de custo no preço do combustível e principalmente variação cambial. Durante o período foram arrendadas 9 (nove) aeronaves, sendo 3 (três) modelo A330 e 6 (seis) modelo A320 NEO e foram devolvidas 2 (duas) do modelo A318, que encerraram suas operações em 2016.

Com base em seu plano de negócio, a Companhia prossegue com a estratégia, que abrange:

- Aumento e modernização da frota com aeronaves do modelo Airbus A320 NEO;
- Reforço na estrutura de capital;
- Abertura de sucursais no exterior;
- Percepção reconhecida de marca focada em qualidade de serviços;
- Forte estrutura de controle de gastos; e
- Ampliação de frequências e expansão da malha aérea.

A Companhia tem como objetivo, para os próximos exercícios, a ampliação do acesso ao mercado financeiro e de capitais com melhora no perfil de seu endividamento através de extensão de prazos e redução no custo de captação de modo a auferir lucros futuros.

Além das medidas mencionadas acima, a Companhia conta, se necessário for, com o apoio financeiro do acionista controlador.

Em 27 de outubro de 2017, foi deferido, em caráter liminar, ou seja, provisório, arresto de parte das ações da Oceanair Linhas Aéreas S/A, correspondente a 207.475.519 ações.

O arresto foi concedido em sede de Agravo de Instrumento interposto em Incidente, em que consta no polo passivo, José Efromovich, que já recorreu da referida decisão por ser estranho à relação de crédito perseguido pela Chubb Seguros Brasil S/A e Fator Seguradora S/A.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 20 de abril de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm

efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 5** - reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa nº 6** - reconhecimento e mensuração de provisão para obsolescência;
- **Nota explicativa nº 12** - definição da vida útil estimada;
- **Nota explicativa nº 17** - Programa de fidelidade “Amigo”
- **Nota explicativa nº 20** - Arrendamentos mercantis: determinação se um contrato contém um arrendamento.
- **Nota explicativa nº 25** - Receita operacional líquida: reconhecimento e mensuração receita com “no show”

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 10** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa nº 12** - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis;
- **Nota explicativa nº 19** - reconhecimento das provisões técnicas; e
- **Notas explicativas nº 21** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconheceu as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

(i) Transação em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do período, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior - (sucursal Colômbia, Chile, Miami e Nova Iorque)

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas no resultado do exercício.

b. Receita operacional

A receita de passageiros é reconhecida quando o transporte aéreo é efetivamente prestado.

Os bilhetes vendidos, mas ainda não utilizados, são registrados como transportes a realizar, representando uma receita diferida de bilhetes vendidos a serem transportados em data futura, líquido dos bilhetes que expirarão de acordo com a expectativa da Companhia, considerando dados históricos (*breakage*).

O *breakage* consiste na análise estatística de bilhetes que expiram sem utilização, ou seja, passageiros que adquiriram bilhetes e que possuem grande probabilidade de não voar.

Periodicamente a Companhia registra uma atualização da receita diferida baseada nos bilhetes efetivamente vencidos e expirados.

O saldo de receita diferida também inclui os bilhetes remarcados pelos passageiros.

Receitas originadas de embarque de cargas são reconhecidas quando o transporte é realizado.

Outras receitas que incluem excesso de bagagem, bilhetes endossados, transporte de animais de estimação, menor desacompanhado, seguro, parcerias com agências de viagem e locadoras de carro, mídia on board, receita de bilhetes expirados, revalidação de bilhetes são reconhecidas quando o serviço é realizado.

Programa de fidelidade

A Companhia opera um programa de fidelidade denominado Programa Amigo, que consiste, principalmente, no ganho de créditos de milhas pelos participantes para utilização em viagens. As obrigações decorrentes do Programa Amigo foram avaliadas ao valor justo, que representa o preço estimado que a Companhia pagaria a um terceiro para assumir a obrigação de milhas esperadas de resgate no programa.

O valor justo dos créditos de milhas, líquido da estimativa de não utilização de milhas (*breakage*), e milhas concedidas é determinado pela média ponderada de acordo com o valor médio cobrado por assento pela Companhia. Esse valor justo é atualizado anualmente.

A Companhia calcula a estimativa de expiração e não utilização com base em dados históricos. Oportunidades futuras podem alterar significativamente o perfil dos clientes e o padrão histórico. Tais alterações podem resultar em mudanças significativas no saldo de receita diferida, assim como no reconhecimento da receita a partir deste programa.

Tributos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo/contribuição		Alíquota
Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS)	(*)	0,65 a 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	(*)	3,0 a 7,6%
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	(**)	4% a 12%
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	(***)	1,5%

(*) As receitas de passageiros são tributadas pelo regime cumulativo (0,65% e 3% de PIS e COFINS, respectivamente), enquanto as receitas de fretamento, cargas e vendas auxiliares pelo regime não cumulativo (1,65% e 7,6% de PIS e COFINS, respectivamente).

(**) As receitas de transportes de cargas, além da tributação de PIS e COFINS, também são alcançadas pelo ICMS.

(***) Instituído desde janeiro de 2013 em virtude da Lei 12.715/2012 e incidente sobre todas as modalidades de receitas operacionais.

As receitas decorrentes de transportes internacionais de cargas ou passageiros ocorridas a partir do dia 1 de fevereiro de 1999 estão isentas do recolhimento do PIS e da COFINS, conforme Art. 14 da MP 2.158-35/2001.

c. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social para o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferido.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

g. Estoques

Os estoques são compostos por materiais de consumo utilizado na manutenção das aeronaves e são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, reduzidos por provisões para obsolescência, quando aplicável.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Aeronaves e motores adquiridos na introdução ou na expansão da frota, bem como os componentes adquiridos separadamente, são registrados como ativo fixo e depreciados pelo prazo de vida útil. A revisão de motores inclui os materiais aplicados (peças de reposição) e o custo do serviço que, por sua vez, são considerados como um componente separado e depreciados durante o período médio esperado para a próxima revisão completa (*overhaul*). Todas as outras peças de reposição e outros custos relacionados à manutenção dos equipamentos de voo, incluindo todos os montantes nos termos dos contratos de manutenção *power by the hour*, são registrados na demonstração do resultado quando consumidos ou incorridos, respectivamente.

Os gastos com manutenções do imobilizado, que aumentam a vida útil do ativo, incluindo peças de reposição e custos de mão de obra, são capitalizados e amortizados ao longo do prazo médio esperado entre as manutenções. Todas as outras peças de reposição e outros custos relacionados à manutenção de ativos de equipamentos de voo, que não alteram a vida útil dos bens, são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são consumidos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**Vida útil
estimada**

Equipamento de voo	
Peças sobressalentes	10 anos
Equipamentos de aeronaves e de segurança	10 anos
Ferramentas	10 anos
Imobilizado de uso	
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Instalações	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	5 anos
Oficinas	10 anos
Reparos	4 anos
Motores sobressalentes	15 anos
Benfeitorias em bens de terceiros	De 2 a 6 anos

i. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos basicamente por *softwares* e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Amortização

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear, baseado na vida útil estimada de 5 anos, a taxa de 20% a.a. A amortização é geralmente reconhecida no resultado

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos imobilizados não são mais depreciados.

k. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, A Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido

apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em 31 de dezembro 2017, a Administração da Companhia testou a recuperabilidade de seus ativos e não constatou a necessidade de uma redução por falta de recuperabilidade de seus ativos. Consequentemente, nenhum ajuste ao valor recuperável foi requerido.

I. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Provisão flight hours

Contratos de manutenção de motores suportam toda a atividade significativa de manutenção de motores. A base para determinar quando as despesas de manutenção são consideradas incorridas depende da natureza dos serviços prestados. Contratos designados como *power-by-the-hour*, contratos em que valores determinados contratualmente são devidos ao prestador da manutenção com base em horas voadas e para o qual um passivo e uma despesa correspondente é reconhecida na demonstração do resultado pelas horas de voo dos equipamentos.

Provisão para retorno de aeronave “redelivery”

Os contratos de arrendamento mercantil exigem que ao final dos contratos, as aeronaves sejam devolvidas nas mesmas condições que foram recebidas. Assim, os gastos são estimados para deixá-las nas mesmas condições e são provisionados entre a data da última revisão programada e a data do final do contrato.

Provisão para contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. A provisão para contingências é constituída para as discussões judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

m. Arrendamentos

(i) Ativos arrendados

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial.

(ii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Os ganhos e prejuízos decorrentes de transações de *sale and leaseback* resultantes de arrendamentos operacionais são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado.

n. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

o. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Essas ações são nominativas e sem valor nominal. Cada ação dará voto a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

p. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

A Companhia não adotou as novas normas que entraram em vigor no exercício iniciado após 1º de janeiro de 2018 de forma antecipada, porém analisou os principais impactos decorrente das mudanças.

IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros:

O IASB emitiu a versão final da “IFRS 9 - Instrumentos Financeiros”, em julho de 2014, que substitui a “IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, exceto para contabilidade de hedge é exigida a aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a reapresentação das informações comparativas de períodos anteriores. A Companhia pretende adotar a norma na data de sua vigência, portanto as primeiras informações financeiras adotando IFRS 9 serão as informações financeiras trimestrais (ITR) de 31 de março de 2018. A Companhia entende que a implementação da classificação e mensuração dos ativos e passivos não resultará em Impactos significativo no seu patrimônio na data de transição e a Companhia não opera com derivativos sendo assim não apresenta impacto na contabilidade de hedge.

IFRS 15 (CPC 47) - Receita com contrato de clientes:

Em 2014 o IASB emitiu a norma IFRS15 - Receita de Contratos com Clientes, que passa a vigorar para os exercícios iniciados em, ou após, 01 de janeiro de 2018. O IFRS15 (CPC47) as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços ao cliente.

A Companhia adotará a nova norma na data de sua entrada em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2018, utilizando o método retrospectivo completo. No decorrer de 2017, a Companhia realizou uma avaliação do IFRS 15, a qual está sujeita a mudanças em razão de análises mais detalhadas

em andamento. Segue abaixo a avaliação dos impactos para os principais grupos de receitas da Companhia:

- (a) **Receita de passageiros decorrente de acordos de voos compartilhados:** a nova norma exige a reclassificação de receitas auxiliares, como excesso de bagagem, upgrades, taxas de remarcação, que atualmente estão reconhecidas como outras receitas, para receita de passageiros. A Companhia não apurou impactos decorrentes da mudança da norma para as receitas provenientes de voos compartilhados.
- (b) **Receitas auxiliares:** compreendem todas as receitas que são atreladas à prestação de serviço de transporte aéreo, tais como excesso de bagagem, cobranças por remarcações, reembolsos, cancelamento, no-show, dentre outros. Tais receitas foram avaliadas e serão enquadradas como “relacionadas ao serviço principal”, passando a ser reconhecidas no momento em que os serviços são prestados aos clientes. Neste sentido, a Companhia estimou impacto de R\$ 3,5 milhões referente a taxa de remarcação no período de 2017 que terão alterações em seu momento de reconhecimento.
- (c) **Receitas de breakage:** consiste na expectativa de milhas e bilhetes com alta probabilidade de não serem utilizados pelos clientes. Para o reconhecimento destas receitas, a Companhia utiliza ferramentas de análise e dados estatísticos que permitem que a provisão seja calculada com razoável grau de segurança. Atualmente a Companhia chegou a um nível de estabilidade entre o estimado versus realizado para este tema. Dado aos requerimentos mais específicos da norma sobre o tema, a Companhia concluiu que suas metodologias aplicadas estão aderentes ao IFRS 15.
- (d) **Programa de milhagens:** A Companhia está avaliando os impactos da nova regra na valorização dos pontos e no cálculo do breakage do programa de vantagens da Companhia (Programa Amigo).

IFRS 16 - Arrendamentos:

Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a versão final do IFRS 16 - Leases, que estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros seguindo IAS17 - Operações de arrendamento mercantil. O IFRS 16 determina que, para grande parte dos arrendamentos, o arrendador passe a registrar um ativo referente ao direito de uso do ativo identificado, bem como o passivo relacionado ao arrendamento. A Companhia deverá sofrer impactos significativos em decorrência da adoção dessa norma, uma vez que 100% da aeronaves em 31 de dezembro de 2017 possuem contrato de arrendamento operacional. Como consequência, a Companhia acredita haver mudanças relevantes advindas da adoção da norma, com o potencial aumento em ativos referentes a direito de uso em moeda local e passivos referentes a arrendamentos, que são mensurados em moeda estrangeira, que passarão a ser registrados no balanço a partir da data de adoção.

IFRIC 22 - Transações em Moeda Estrangeira e Adiantamentos

Em dezembro de 2015, o IASB, emitiu o IFRIC 22, que trata da taxa de câmbio que deve ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em moeda estrangeira. A interpretação esclarece que a data da transação é aquela em que o ativo ou passivo não monetário for reconhecido. O IFRIC 22 entrará em vigência para períodos anuais a partir de 1 de janeiro de 2018. A Companhia não espera impactos relevantes, visto que

transações com estas características já estão aderentes à norma.

IFRIC 23 - Incertezas sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro

Em junho de 2017, o IASB emitiu o IFRIC 23 que trata da aplicação dos reconhecimentos do IAS 12 “Tributos sobre o lucro” quando houver incerteza quanto à aceitação do tratamento pela autoridade fiscal. A interpretação esclarece que caso não seja provável a aceitação, os valores de ativos e passivos fiscais devem ser ajustados para refletir a melhor resolução da incerteza. O IFRIC 23 entrará em vigência para períodos anuais a partir de 1 de janeiro de 2019 e a Companhia não espera impactos relevantes da aplicação da norma.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa e depósitos bancários	28.498	8.709
Aplicações financeiras	<u>9.642</u>	<u>3.288</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u><u>38.140</u></u>	<u><u>11.997</u></u>

Os saldos de caixa e depósitos bancários compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

As aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, resgatáveis no curto prazo e remuneradas em 2017 e 2016 à taxa de 100% Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A exposição da Companhia a risco e análise de sensibilidade são divulgadas na nota explicativa nº 24.

5 Contas a receber

	2017	2016
Cartões de crédito	122.399	131.851
Agências de turismo	119.172	69.969
Partes relacionadas (nota explicativa nº 13)	8.096	10.298
Outros recebíveis	34.354	380
	<hr/>	<hr/>
Total contas a receber	284.021	212.498
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.094)	(657)
	<hr/>	<hr/>
Total contas a receber	<u>282.927</u>	<u>211.841</u>

Composição dos saldos por vencimento

	2017	2016
A vencer	242.148	187.466
Vencidos até 60 dias	22.906	10.403
De 61 a 90 dias	2.510	1.710
De 91 a 180 dias	3.366	1.015
Acima de 180 dias	11.997	11.904
	<hr/>	<hr/>
Total contas a receber	<u>282.927</u>	<u>212.498</u>

Considerando a natureza das contas a receber da Companhia e com base no histórico de inadimplência, a Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$ 1.094 (R\$ 657 em 31 de dezembro de 2016).

	2017	2016
Movimentação para crédito de liquidação duvidosa		
Saldo no início do exercício	(657)	(5.057)
Baixa	-	4.313
Reversão / (Adição)	(437)	87
	<hr/>	<hr/>
Saldo no final do exercício	<u>(1.094)</u>	<u>(657)</u>

A Companhia trata os títulos a receber vencidos há mais de 180 dias, de valores individuais abaixo de R\$ 5, nos registros contábeis como perda efetiva utilizando o mesmo critério do tratamento fiscal conforme Leis 9.430/96 e 13.097/15, sem prejuízo da manutenção da cobrança dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia efetuou a baixa efetiva dos títulos das contas a receber no valor de R\$ 4.313, tendo como contrapartida a provisão para crédito de liquidação duvidosa, ambas as contas do ativo circulante, não tendo efeito no resultado do exercício.

6 Estoques

	2017	2016
Peças aeronáuticas	64.213	65.401
Estoque de uniforme	3.789	2.582
	<u>68.002</u>	<u>67.983</u>

Movimentação do saldo

	2016		2017	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Peças aeronáuticas	65.401	33.317	(34.505)	64.213
Estoque de uniformes	2.582	4.762	(3.555)	3.789
	<u>67.983</u>	<u>38.079</u>	<u>(38.060)</u>	<u>68.002</u>

7 Ativo fiscal corrente

	2017	2016
ICMS	1.310	108
Antecipações de IRPJ e CSLL	1.854	1.122
IRRF	609	580
PIS e COFINS (a)	13.097	17.998
Retenção de imposto de órgãos público (b)	5.360	6.104
INSS (c)	3.206	17.958
Credito por denúncia espontânea (d)	11.930	11.463
Outros	6.045	325
	<u>43.411</u>	<u>55.658</u>

- (a) No exercício de 2017 foram identificados créditos adicionais de PIS e COFINS, decorrentes de revisão de apuração de créditos sobre despesas, onde encontram-se em processo de compensação.
- (b) O saldo de retenção de impostos de órgão públicos reflete os recolhimentos efetuados em nome da Companhia, a ser aplicado em período em que a Companhia auferir resultados tributáveis.
- (c) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram baixados créditos sobre verbas trabalhistas, no montante de R\$ 14.958 decorrentes de revisão de apuração do imposto.
- (d) No exercício de 2015 foram identificados pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária, valores de folha de pagamento constantes no parcelamento de INSS, onde a Companhia promoveu o respectivo pagamento no valor de R\$ 5.340 (R\$ 11.463 até 31 de dezembro de 2016) e os valores pagos serão compensados integralmente.

8 Outros créditos

	2017	2016
Adiantamento a fornecedores	83.684	112.527
Importação em andamento	8.162	23.773
Adiantamento de férias e salários	13.141	6.435
Outros recebíveis	4.659	896
Total	<u>109.646</u>	<u>143.631</u>
Circulante	101.484	117.040
Não circulante	8.162	26.591
Total	<u>109.646</u>	<u>143.631</u>

9 Ativo não circulante mantido para venda

	2017	2016
Saldo inicial	43.682	61.641
Baixas no exercício (venda)	<u>(1.018)</u>	<u>(17.959)</u>
Total ativos mantidos para venda	<u>42.664</u>	<u>43.682</u>

Administração se comprometeu com um plano para vender peças e componentes de utilização exclusiva em aeronaves modelo MK28, seguindo o seu plano de negócio de encerrar as operações deste modelo de aeronave.

O valor de R\$ 42.664 de dezembro de 2017 (R\$ 43.682 em 31 de dezembro de 2016), apresentado no grupo de ativos mantido para venda, corresponde ao valor contábil dos itens, uma vez que representa um valor inferior ao valor justo deduzidos de despesas de venda. Portanto, a Administração não constitui provisão de perda por redução ao valor recuperável.

10 Ativo fiscal diferido

	2017	2016
Provisão para contingências judiciais	3.766	1.889
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	119	-
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	<u>61.818</u>	<u>97.212</u>
	<u>65.703</u>	<u>99.101</u>

Movimentação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2017	2016
Ativo fiscal diferido reconhecido no exercício	65.703	-
Ativo fiscal diferido utilizado no exercício (i)	180.830	-
Imposto de renda e contribuição social correntes (ii)	<u>-</u>	<u>(7.519)</u>
Total do impostos de renda e contribuição social no resultado	<u>246.533</u>	<u>(7.519)</u>

- (i) Refere-se ao montante de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL utilizado pela Companhia para adesão do programa especial de regularização tributária.
- (ii) Refere-se a adição temporária relativo ao crédito para aquisição de motores.

11 Depósitos em garantia

	2017	2016
Reserva de manutenção	469.845	272.223
Depósitos em garantia	173.832	138.785
Despesas com antecipação de arrendamento	<u>74.270</u>	<u>57.724</u>
Total depósitos em garantia	<u>717.947</u>	<u>468.732</u>

	2017	2016
Depósitos em garantia - partes relacionadas (nota explicativa nº 13)	143.216	91.143
Depósitos em garantia - terceiros	574.731	377.589
Total depósitos em garantia	717.947	468.732

Os depósitos em garantia efetuados pela Companhia conforme previsão contratual são efetuados em dólares americanos e resgatáveis ao término do período contratado, podendo a Companhia reverter o recebimento em contratação de operações de arrendamento de aeronaves e motores sob a modalidade operacional.

A Companhia efetuou pagamentos de reservas como forma de garantia para manutenção de aeronaves e motores conforme estabelecido em alguns contratos de arrendamento mercantil, sendo composto por 56 aeronaves e 12 motores, os depósitos são denominados em dólares norte-americanos, sem rendimento de juros, e são reembolsáveis à Companhia ao término dos contratos de arrendamento.

As despesas com o arrendamento de aeronaves estão relacionadas a valores que são antecipados para os arrendadores, e reconhecido linearmente de acordo com o contrato de arrendamento.

12 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

		2017			2016
	Taxa anual de Depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor Líquido
Equipamento de voo					
Peças sobressalentes	10%	63	(54)	9	15
Equipamentos de aeronaves e de segurança	10%	228.373	(113.205)	115.168	102.396
Ferramentas	10%	25.440	(11.502)	13.938	13.083
Imobilizado de uso					
Veículos	20%	3.077	(2.840)	237	396
Máquinas e equipamentos	10%	18.433	(9.412)	9.021	9.756
Móveis e utensílios	10%	5.667	(3.334)	2.333	2.683
Computadores e periféricos	20%	13.635	(10.712)	2.923	2.398
Instalações	10%	1.428	(883)	545	680
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20%	12.944	(10.126)	2.818	3.292
Oficinas	10%	47	(15)	32	37
Reparos	25%	33.988	(33.988)	-	2
Benfeitorias em bens de terceiros	De 16,7% a 50%	162.290	(97.198)	65.092	45.205
		<u>505.385</u>	<u>(293.269)</u>	<u>212.116</u>	<u>179.943</u>

b. Movimentação dos bens

	2016	2017			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Equipamento de voo					
Peças Sobressalentes	63	-	-	-	63
Equipamentos de Aeronaves e de segurança	198.666	31.935	(2.208)	-20	228.373
Ferramentas	22.395	3.160	(135)	20	25.440
Imobilizado de uso					
Veículos	2.972	105	-	-	3.077
Máquinas e equipamentos	17.444	989	-	-	18.433
Móveis e utensílios	5.494	176	(3)	-	5.667
Computadores e periféricos	11.613	2.025	(3)	-	13.635
Instalações	1.441	27	(40)	-	1.428
Benfeitoria em propriedades de terceiros	11.885	1.078	(19)	-	12.944
Oficinas	47	-	-	-	47
Reparos	33.990	-	(2)	-	33.988
Benfeitorias em bens de terceiros	114.981	47.309	-	-	162.290
	420.991	86.804	(2.412)	-	505.385

c. Movimentação da depreciação

	2016	2017		
	Saldo inicial	Depreciação	Baixas	Saldo final
Equipamento de voo				
Peças Sobressalentes	(48)	(6)	-	(54)
Equipamentos de aeronaves e de segurança	(96.271)	(19.160)	2.226	(113.205)
Ferramentas	(9.311)	(2.312)	121	(11.502)
Imobilizado de uso				
Veículos	(2.576)	(264)	-	(2.840)
Máquinas e equipamentos	(7.688)	(1.724)	-	(9.412)
Móveis e utensílios	(2.811)	(525)	2	(3.334)
Computadores e periféricos	(9.215)	(1.500)	3	(10.712)
Instalações	(761)	(140)	18	(883)
Benfeitoria em propriedades de terceiros	(8.593)	(1.533)	-	(10.126)
Oficinas	(10)	(5)	-	(15)
Reparos	(33.988)	-	-	(33.988)
Benfeitorias em bens de terceiros	(69.776)	(27.422)	-	(97.198)
	(241.048)	(54.591)	2.370	(293.269)

d. Movimentação dos bens

	31/12/2015	31/12/2016			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Equipamento de voo				(a)	
Peças Sobressalentes	63	-	-	-	63
Equipamentos de aeronaves e de segurança	277.917	18.890	(4.063)	(94.078)	198.666
Ferramentas	24.758	3.015	(71)	(5.307)	22.395
Imobilizado de uso					
Veículos	2.972	-	-	-	2.972
Máquinas e equipamentos	17.786	721	(2)	(1.061)	17.444
Móveis e utensílios	5.352	163	(21)	-	5.494
Computadores e periféricos	10.712	913	(12)	-	11.613
Instalações	1.439	22	(20)	-	1.441
Benfeitoria em propriedades de terceiros	11.240	645	-	-	11.885
Oficinas	47	-	-	-	47
Reparos	33.988	2	-	-	33.990
Benfeitorias em bens de terceiros	94.916	20.065	-	-	114.981
Aeronaves	25.903	-	(15.846)	(10.057)	-
	507.093	44.436	(20.035)	(110.503)	420.991

e. Movimentação da depreciação

	31/12/2015	31/12/2016			
	Saldo inicial	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo final
Equipamento de voo				(a)	
Peças Sobressalentes	(41)	(7)	-	-	(48)
Equipamentos de aeronaves e de segurança	(106.698)	(28.417)	2.458	36.386	(96.271)
Ferramentas	(8.802)	(2.540)	28	2.003	(9.311)
Imobilizado de uso					
Veículos	(2.189)	(387)	-	-	(2.576)
Máquinas e equipamentos	(6.316)	(1.789)	1	416	(7.688)
Móveis e utensílios	(2.273)	(553)	15	-	(2.811)
Computadores e periféricos	(7.785)	(1.440)	10	-	(9.215)
Instalações	(622)	(147)	8	-	(761)
Benfeitoria em propriedades de terceiros	(6.645)	(1.948)	-	-	(8.593)
Oficinas	(6)	(4)	-	-	(10)
Reparos	(33.988)	-	-	-	(33.988)
Benfeitorias em bens de terceiros	(44.569)	(25.207)	-	-	(69.776)
Aeronaves	(25.874)	-	15.817	10.057	-
	(245.808)	(62.439)	18.337	48.862	(241.048)

(a) Transferência para ativos mantidos para venda

No exercício de 2016, foi transferido o montante líquido de R\$ 61.641, referente a peças e componentes de utilização exclusiva em aeronaves modelo MK28, para ativos mantidos para vendas, correspondente ao seu valor contábil, uma vez que representa um valor inferior ao valor justo deduzidos de despesas de venda. Veja maiores detalhes na nota explicativa nº 9.

Os ativos imobilizados e intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

Teste de perda do valor recuperável

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos (depósitos em garantia, imobilizado e intangível) utilizando o conceito do “valor em uso”, por meio de modelos de fluxo de caixa descontado.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa são baseadas nas melhores estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica do conjunto de ativos que proporcionam os mesmos. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa média ponderada do custo de capital (WACC).

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômicas financeiras, as projeções do fluxo de caixa foram efetuadas até 2022. A Administração julgou apropriada a utilização deste período com base em sua experiência passada em elaborar com precisão as expectativas de seu fluxo de caixa. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do CPC 01 (R1) (IAS 36) - redução do valor recuperável de ativos.

A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções foi de 7,4% ao ano. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de 16,3% ao ano. As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- **Receitas de voo:** As receitas foram projetadas entre 2018 a 2022, considerando os volumes de passagens e ticket médio das passagens efetivamente realizados pela Companhia e condições de mercado.
- **Custos e despesas operacionais:** Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento previsto das receitas.
- **Investimentos de capital/manutenção:** Para suportar o crescimento, a Administração projeta investimentos em manutenção de aproximadamente R\$ 73 milhões ao ano. Os investimentos corresponderam à estimativa da Administração, para suportar a operação, corrigida pela inflação acumulada.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos mencionados acima da Companhia, elaborado sobre as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras, perspectivas de crescimento a época e acompanhamento das projeções e dos resultados operacionais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foram identificadas possíveis perdas ou

indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

13 Partes relacionadas

Saldos com partes relacionadas

A Companhia possui saldo de contas a receber com partes relacionadas referente substancialmente aos serviços prestados de atendimento nos aeroportos, passageiros e cargas transportados de voos do grupo Avianca Holdings S.A (veja nota explicativa nº 5). Estes serviços impactaram o resultado até 31 de dezembro de 2017 em R\$108.189 (R\$ 110.547 até 31 de dezembro de 2016) e foram registrados como outras receitas operacionais líquidas.

A Companhia possui diversos contratos de mútuo com as partes relacionadas Synergy Aerospace Corp e CCN Participações Ltda., com prazos para liquidação que variam de 30 a 180 dias e taxas de remuneração que vão de 0,83% a 1,21% a.a.

Além disso, a Companhia possui saldo nas contas a pagar referente a compra de componentes aeronáuticos, manutenção de aeronaves e leasing operacional (notas explicativas nº 14 e 20). O total de compras e/ou serviços contratados que impactaram o resultado até 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$175.166 (R\$ 129.873 até 31 de dezembro de 2016).

	Saldos a receber (ativo)		Saldos a pagar (passivo)		Receitas (despesas)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Prestação de serviços administrativos e outros						
Aerovias Del Continente Americano S.A	1.303	5.022	(2.733)	(1.704)	9.275	20.621
Lacsa Linea Aereas Costarricenses S.A	115	122	(22)	(22)	1.038	1.066
Tampa Cargo	4.149	-	(2.260)	(4.995)	50.121	62.979
TransAmerican Airlines S.A - Taca Peru	1.323	1.721	-	(132)	8.634	9.033
Avlog	255	1.601	(484)	-	39.093	16.424
Brasitest Ltda.	440	440	-	-	-	53
SP Syn Participações Ltda.	6	7	-	-	-	-
Petrosynergy Ltda.	41	33	-	-	31	30
Senior Participações Ltda	9	462	(18)	(43)	-	6
Digex Aircraft	355	435	-	-	315	159
Enor - Estaleiro Nordeste S.A.	3	3	-	-	-	-
Eisa Estaleiro Ilha S.A.	6	6	-	-	-	-
Estaleiro Brasa	-	8	-	-	-	19
R2 Soluções em Radiofarmacia Ltda.	33	25	-	-	31	26
Synergy Aerospace	31	31	-	-	-	-
Synerjet Brasil Ltda.	-	4	-	-	13	3
Synergy	-	-	(356)	-	(362)	-
AVB Holding	27	27	-	-	-	13
Outros	-	351	-	-	-	115
Total	8.096	10.298	(5.873)	(6.896)	108.189	110.547

	Saldos a receber (ativo)		Saldos a pagar (passivo)		Receitas (despesas)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Operações de mútuos						
Companhia Com.e Participações CCN S.A.	79.941	-	-	-	-	-
Synergy Aerospace	5.090	7.885	(49.973)	(14.128)	-	-
Total	85.031	7.885	(49.973)	(14.128)	-	-
	Saldos a receber (ativo)		Saldos a pagar (passivo)		Receitas (despesas)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Depósitos em garantia						
Aerovias Del Continente Americano S.A	3.308	3.259	-	-	-	-
DS LLC.	110.786	87.854	-	-	-	-
OS TWO LLC.	15.242	-	-	-	-	-
OS THREE LLC.	13.860	-	-	-	-	-
SYNERGY	20	-	-	-	-	-
Total	143.216	91.143	-	-	-	-
	Saldos a receber (ativo)		Saldos a pagar (passivo)		Receitas (despesas)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Compras de componentes e manutenções						
Aerovias Del Continente Americano S.A	-	-	-	-	(3)	-
Tampa Cargo	-	-	(162)	-	(182)	-
Digex Aircraft Maintenance	-	-	(1.505)	(567)	(8.973)	(1.958)
Synergy Aerospace	-	-	-	(1.633)	-	-
TransAmerican Airlines S.A - Taca Peru	-	-	-	-	(16)	-
Total	-	-	(1.667)	(2.200)	(9.174)	(1.958)
	Saldos a receber (ativo)		Saldos a pagar (passivo)		Receitas (despesas)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Operações de arrendamento mercantil						
Aerovias del Continente Americano S.A	-	-	(5.909)	(5.058)	(59.657)	(65.122)
DS One LLC	-	-	(3.780)	(1.244)	(14.669)	(15.537)
DS Two LLC	-	-	(5.387)	(2.861)	(14.627)	(15.386)
DS Tree LLC	-	-	(3.767)	(2.861)	(14.627)	(15.386)
DS For LLC	-	-	(3.790)	(2.882)	(14.717)	(16.484)
OS THREE LLC	-	-	(10.503)	-	(25.848)	-
OS TWO LLC	-	-	(7.574)	-	(21.847)	-
Total	-	-	(40.710)	(14.906)	(165.992)	(127.915)

Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da Companhia, que compreende o presidente e os vice-presidentes, está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Remuneração e benefícios de curto prazo	5.087	4.027

Atualmente, a Companhia não tem planos de benefício pós-emprego ou remuneração baseado em ações para funcionários ou administradores.

14 Fornecedores

	2017	2016
Fornecedores no país	328.639	277.721
Fornecedores no exterior	37.336	38.797
Partes relacionadas (nota explicativa nº 13)	7.540	9.096
Circulante	373.515	325.614

Os principais fornecedores no país estão relacionados aos distribuidores de combustível e no exterior, a prestadores de serviços de manutenção em itens aeronáuticos.

15 Empréstimos, financiamentos e debentures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos, financiamentos e debêntures com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota explicativa nº 24.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia captou empréstimos no montante de R\$ 167.700, com o Banco ABC, United Airlines e Banco Santander S.A, com vencimentos de 2017 a 2019. Os recursos foram utilizados para aumento e modernização da frota, abertura de sucursais no exterior e ampliação de frequências e expansão da malha aérea, conforme detalhado no plano de negócios da Companhia, apresentados na nota explicativa 1. Os encargos e taxas de juros correspondentes estão apresentadas abaixo:

Moeda Nacional:	Moeda	2017	2016	Vencimentos	Encargos	Garantias
Banco ABC	R\$	74.286	-	2017 e 2019	CDI+5,6% a.a.	Cessão fiduciária de recebíveis
Banco Santander S.A.	R\$	23.383	24.719	2017 e 2019	CDI+ 7,20% a.a.	Recebíveis de Agencia -BSP.
United Airlines	US\$	82.700	-	2018	0,5% a.a.	100% Ações da AVB
Debêntures	R\$	-	17.992	2017	CDI + 3,2% a.a.	Recebíveis de dívida junto a Amex -
Duplicatas descontadas	R\$	13.643	11.185	2018	Sem encargos	Debêntures não conversíveis
Total		194.012	53.896			
Passivo circulante		155.292	53.896			
Passivo não circulante		38.720	-			
		194.012	53.896			

As parcelas vencíveis a longo prazo dos empréstimos e financiamentos, possuem prazos que variam entre 13 a 24 meses.

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures.	2017	2016
Saldo inicial	53.896	113.387
Amortização de principal e juros	(36.496)	(118.807)
Juros apropriados no exercício	9.427	16.671
Captação de empréstimos	167.700	41.185
Captação de recursos através de duplicatas descontadas	2.458	-
Apropriação do custo da dívida	(2.973)	1.460
Valor final	194.012	53.896

Em 10 de novembro de 2017 a Companhia liquidou integralmente o financiamento proveniente da emissão de sua segunda debênture.

16 Obrigações trabalhistas

	2017	2016
Rendimentos laborais	65.155	50.599
INSS	9.720	8.054
FGTS	7.476	6.147
Imposto de renda retido na fonte	9.915	7.075
	92.266	71.875

17 Transporte a realizar

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de transporte a realizar classificados no passivo circulante é de R\$ 552.582 (R\$ 298.477 em 31 de dezembro de 2016) representado por bilhetes vendidos e ainda não utilizados com prazo médio de utilização de 40 dias. Adicionalmente, o saldo de transporte a realizar inclui provisão para o “Programa Amigo” no montante de R\$ 88.890 (R\$ 36.023 em 31 de dezembro de 2016) referente ao programa de milhagens operado pela Companhia, que consiste no ganho de créditos de milhas pelos participantes para utilização em viagens.

As obrigações assumidas decorrentes do “Programa Amigo” foram avaliadas ao valor justo que representa o preço estimado que a Companhia pagaria a um terceiro para assumir a obrigação de milhas que se espera que sejam resgatadas no “Programa Amigo” em 31 de dezembro de 2017.

18 Obrigações fiscais

	2017	2016
Parcelamentos fiscais	60.415	253.920
PIS e COFINS	16.859	36.311
INSS a recolher	5.866	13.613
ISS a recolher	101	999
Outros impostos	14.226	17.688
	97.467	322.531
Passivo circulante	42.642	122.301
Passivo não circulante	54.825	200.230
	97.467	322.531
Parcelamentos fiscais		

Os valores registrados referem-se às parcelas dos débitos fiscais administrativos, incluindo R\$ 2.793 de ANAC (R\$ 1.346 em 2016) e R\$ 57.622 de DECEA.

INSS a recolher

Os valores registrados referem-se aos montantes calculados sobre a receita da Companhia, como resultado na mudança da legislação relacionada à desoneração da folha de pagamento, conforme Lei 12.715/2012.

Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)

Com a publicação da MP 798/2017 editada em 30 de agosto de 2017, que possibilita a liquidação de débitos de natureza tributária com incentivos, a Companhia aderiu em 09 de agosto de 2017 por quitar antecipadamente os parcelamentos firmados em períodos anteriores, com utilização de créditos de prejuízo fiscal (IRPJ) e base negativa (CSLL) constituídos até 31 de dezembro de 2015, com pagamento em espécie de 20% do total da dívida consolidada, em até 5 parcelas mensais. Optou também por incluir débitos de natureza não tributária com pagamento em espécie de 20% em 5 parcelas e o saldo restante em até 145 parcelas.

	Saldo devedor na data da opção pela quitação antecipada	Valor a ser pago em espécie de 20%	Saldo a ser pago em até 145 parcelas	Valor do desconto ou crédito de PF e de BCN a ser utilizado para liquidação antecipada
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	102.170	20.433	67.672	25.711
Secretaria da Receita Federal do Brasil	350.249	58.672	-	279.931
Total	452.419	79.105	67.672	305.642

Movimentação da dívida

Tributos	Montante das dívidas	Atualização de juros e multa	Montante das dívidas incluídas no REFIS	Redução por desconto	Prejuízos fiscais utilizados	Montante parcelado pela adesão ao REFIS	Redução por pagamento em dinheiro	Selic	Saldo em 31/12/17
INSS	23.922	-	23.922	-	(18.926)	4.996	(5.078)	82	-
PIS e COFINS	234.249	8.052	242.301	-	(193.841)	48.460	(49.211)	751	-
DECEA	59.553	42.617	102.170	(25.711)	-	76.459	(20.751)	1.914	57.622
OUTROS	76.232	7.794	84.026	-	(67.164)	16.862	(17.126)	264	-
Total	393.956	58.463	452.419	(25.711)	(279.931)	146.777	(92.166)	3.011	57.622

19 Provisões técnicas

	2017	2016
Tarifas aeroportuárias	20.790	11.865
Provisão flight hours	76.994	32.206
Comissárias e serviços de bordo	9.467	14.577
Outros arrendamentos mercantis	1.627	2.514
Diárias e hospedagem de tripulantes	5.744	4.289
Revisão de equipamentos de voo	2.267	338
Combustível aeronáutico	3.658	6.511
Serviços profissionais	10.975	14.104
Serviços de comunicação	4.211	-
Outras provisões	7.997	9.459
	143.730	95.863

20 Outras obrigações

	2017	2016
Arrendamentos mercantis	165.507	78.509
Compra antecipada de milhas	2.274	61.424
Arrendamento mercantil - Partes relacionadas (nota explicativa nº 13)	40.710	14.906
Seguros e sinistros	27	2.065
Reembolso a terceiros	15.138	4.123
Créditos a apropriar	36.111	45.235
Outras provisões	19.191	9.787
	<u>278.958</u>	<u>216.049</u>
Passivo circulante	245.224	196.809
Passivo não circulante	<u>33.734</u>	<u>19.240</u>
	<u>278.958</u>	<u>216.049</u>

21 Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2017, está provisionado o montante de R\$ 26.537 (R\$ 21.019 em 31 de dezembro de 2016), o qual, na opinião da Administração, com base na opinião de seus assessores legais levantada em 31 de dezembro de 2017, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

a. Composição de contingências

	2017	2016
Provisões trabalhistas	(8.970)	(8.300)
Provisões cíveis	(16.809)	(11.961)
Provisões tributárias	<u>(758)</u>	<u>(758)</u>
Provisões para contingências	<u>(26.537)</u>	<u>(21.019)</u>

b. Movimentação das contingências

	2016	2017		
Contingências	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Provisões trabalhistas	(8.300)	(2.722)	2.052	(8.970)
Provisões cíveis	(11.961)	(8.269)	3.421	(16.809)
Provisões tributárias	<u>(758)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(758)</u>
	<u>(21.019)</u>	<u>(10.991)</u>	<u>5.473</u>	<u>(26.537)</u>

c. Depósitos judiciais

	2017	2016
Depósitos judiciais	74.845	24.167
PIS e COFINS	2.259	2.259
Depósitos judiciais	<u>77.104</u>	<u>26.426</u>

Além das causas provisionadas, a Companhia é parte envolvida em outras contingências judiciais envolvendo assuntos trabalhistas no valor de R\$ 43.125 (R\$ 29.927 em 31 de dezembro de 2016), cíveis no valor de R\$ 3.441 (R\$ 3.077 em 31 de dezembro de 2016), e fiscais no montante de R\$ 73.453 (R\$ 40.897 em 31 de dezembro de 2016) e cujas perdas foram avaliadas como possíveis pelos assessores legais internos e externos e, portanto, nenhuma provisão foi reconhecida contabilmente.

A principal causa fiscal da Companhia classificada como possível de perda, refere-se a discussão judicial sobre a não incidência de ICMS nas importações das aeronaves e motores sob a modalidade de arrendamento sem opção de compra nas operações realizadas com arrendadores sediados em país estrangeiro. No entendimento da administração da Companhia, essas operações consubstanciam-se em mera locação, sendo expressa a obrigação contratual quanto à devolução do bem objeto do contrato. A Administração entende que a ausência da caracterização de circulação de mercadoria, não origina, portanto, o fato gerador do ICMS.

O valor estimado agregado das disputas judiciais tributaria em andamento referente a não incidência de ICMS nas importações das aeronaves e motores, mencionadas anteriormente, é de R\$ 41.560 em 31 de dezembro de 2017, (R\$ 44.567 em 31 de dezembro de 2016), segundo estimativa de nossos consultores jurídicos é estimado como possível a expectativa de perda.

Os encargos tributários e as contribuições, apurados e recolhidos pela Companhia, bem como as respectivas declarações de rendimentos, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das Autoridades Fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável.

22 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social está representado por 880.098.910 (oitocentos e oitenta milhões, noventa e oito mil, novecentos e dez) ações ordinárias (ON) todas nominativas e com o valor de R\$ 1,00 cada.

O capital social autorizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 880.099. Dentro do limite autorizado, a Companhia poderá mediante deliberação do Conselho de administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações, sem guardar proporção entre as diferentes espécies de ações. O Conselho de administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado.

Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

Há saldo disponibilizado como AFAC de forma irrevogável e irreversível no valor de R\$ 29.492 proveniente de conversão de dívida em disponibilidade para aumento de capital, onde serão convertidas em 29.491.646 (Vinte e nove milhões, quatrocentos e noventa e um mil, seiscentos e quarenta e seis) ações ordinárias (ON) todas nominativas e com o valor de R\$ 1,00 cada.

Após a integralização do AFAC acima mencionado, a nova distribuição das ações da companhia ficará:

Acionista	Participação	Capital social
AVB Holding S.A	100%	909.591
	100%	909.591

23 Compromissos

A Companhia possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento de aeronaves e motores sob a modalidade operacional, sem opção de compra e/ou renovação. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía 56 aeronaves contratadas na modalidade de arrendamento operacional (49 aeronaves em 31 de dezembro de 2016), cujos contratos têm prazo médio de 104 meses e são atualizados com base na variação do dólar norte-americano.

Em 31 de dezembro de 2017, o custo desses contratos de arrendamento das aeronaves e motores totalizaram R\$ 683.566 (R\$ 594.109 em 31 dezembro 2016), reconhecidos no resultado, conforme nota explicativa nº 26.

Os compromissos futuros assumidos em decorrência desses contratos têm a seguinte distribuição por ano:

	US\$	R\$
2018	242.172	801.105
2019	232.510	769.143
2020	223.323	738.754
A partir de 2021	784.287	2.594.420
	1.482.292	4.903.422

A Companhia é contratualmente comprometida a devolver a aeronave em um nível predefinido de capacidade operacional.

24 Instrumentos financeiros

24.1 Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de commodities
- Risco de taxa de câmbio
- Risco de taxa de crédito

- Risco de taxa de juros
- Risco de liquidez.

Demonstramos a seguir informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, seus objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital desta:

24.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área Financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando a segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovadas pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. *Risco de commodities (preço do combustível)*

Conforme pode ser observado na nota explicativa nº 26, o combustível representa uma parcela relevante dos custos da Companhia, sendo, dessa forma, um dos principais riscos de mercado do setor de aviação. O preço de combustível das aeronaves está atrelado à cotação internacional do barril de petróleo (WTI).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não tinha nenhum instrumento derivativo para redução de riscos relacionados a flutuações no preço de petróleo vigente.

b. *Risco de taxa de câmbio*

A Companhia possui valores a pagar a fornecedores, oriundos de obrigações com arrendamento de aeronaves, manutenção e outros, atrelados ao dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possuía nenhum instrumento de proteção para as variações de taxas de câmbio. Como consequência, a Companhia está exposta aos efeitos da variação cambial que poderia causar um impacto adverso em seus fluxos de caixa, posição patrimonial e financeira e operações. As principais exposições cambiais são resumidas como segue:

	2017	2016
Fornecedores estrangeiros	(37.336)	(38.797)
Empréstimos e financiamentos	(82.700)	-
Outras obrigações - Arrendamentos mercantis	(206.217)	(93.415)
Mútuos à (pagar) receber	(44.883)	(6.243)
Depósitos em garantia	717.947	468.732
Outros créditos - Importação em andamento	8.162	23.773
Contas a receber com Partes Relacionadas	7.145	8.466
Total da exposição cambial	<u>362.118</u>	<u>362.516</u>

c. *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se a caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, exceto de cartão de crédito. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes é minimizado, uma vez que as vendas são pulverizadas em um grande número de clientes, sendo parte significativa das vendas efetivadas por meio de cartões de crédito e por meio de agências de turismo.

Em 31 de dezembro de 2017 a composição por tipo de venda era a seguinte:

Percentual do contas a receber por tipo	2017	2016
Cartões de crédito	47%	62%
Agências de turismo e sucursais	36%	33%
Partes relacionadas	4%	5%
Outros recebíveis	13%	-
Total contas a receber	100%	100%

d. Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras oriundas principalmente dos empréstimos contratados. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não utilizou instrumentos de proteção para as flutuações de juros

e. Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia em honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem. A Companhia está negociando todos os seus contratos com o objetivo de alinhar o giro dos pagamentos com os recebimentos e, dessa forma, melhorar a posição do capital circulante líquido que está negativo em 31 de dezembro de 2017.

	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Total
Fornecedores (nota explicativa nº 14)	(373.515)	-	-	(373.515)
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15)	(155.292)	(38.720)	-	(194.012)
Mútuos com partes relacionadas (nota explicativa nº 13)	35.058	-	-	35.058
Arrendamento mercantil (nota explicativa nº 20)	(206.217)	-	-	(206.217)

24.3 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

	2017			2016		
	Empréstimos e recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	28.498	9.642	38.140	8.709	3.288	11.997
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	282.927	-	282.927	211.841	-	211.841
Mútuos a receber com partes relacionadas	79.941	-	79.941	-	-	-
Ativo não circulante mantido para venda	42.664	-	42.664	43.682	-	43.682
Depósitos em garantia	643.677	-	643.677	411.008	-	411.008
	1.077.707	9.642	1.087.349	675.240	3.288	678.528

Os valores destes instrumentos financeiros reconhecido no balanço patrimonial não diferem dos valores justos devido ao vencimento de curto prazo destes instrumentos.

O CPC 40 (R1) (IFRS 7) define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço pago para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do

mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para mensuração do valor justo, a saber:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - Outras informações, exceto aquelas incluídas no nível 1, pelo qual os preços cotados (não ajustados) são para os ativos e passivos similares, (diretamente como preços ou indiretamente como derivados dos preços), em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado.
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos (não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia mantinha instrumentos financeiros classificados apenas como Nível 2.

Os principais passivos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Passivos financeiros	2017	2016
Fornecedores (nota explicativa nº 14)	373.515	325.614
Empréstimos, financiamentos e debentures (nota explicativa nº 15)	194.012	53.896
Outras obrigações (nota explicativa nº 20)	206.217	93.415
Mútuos a pagar com partes relacionadas (nota explicativa nº 13)	44.883	6.243
	818.627	479.168

Os empréstimos e financiamentos não têm negociação ativa e as taxas de juros são pós-fixadas e estão consistentes com as praticadas no mercado, dessa forma, os saldos contábeis informados encontram-se próximos aos respectivos valores justos.

24.4 Análise de sensibilidade

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade efetuada com base em alterações hipotéticas de riscos considerados relevantes pela administração e que podem gerar impacto adverso nas demonstrações financeiras:

Efeito no Resultado sobre o câmbio à vista de 31/12/2017					
Descrição	Risco	Saldo Contábil	Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%
Mútuos a Pagar em dólar	Aumento da taxa do dólar	44.883	(4.488)	(11.221)	(22.442)
	Diminuição da taxa dólar		4.488	11.221	22.442
Fornecedores estrangeiros	Aumento da taxa do dólar	37.336	(3.734)	(9.334)	(18.668)
	Diminuição da taxa dólar		3.734	9.334	18.668
Arrendamentos mercantis	Aumento da taxa do dólar	206.217	20.662	51.554	103.109
	Diminuição da taxa dólar		(20.662)	(51.554)	(103.109)
Importação em andamento	Aumento da taxa do dólar	8.162	816	2.041	4.081
	Diminuição da taxa dólar		(816)	(2.041)	(124.051)
Depósito em garantia	Aumento da taxa do dólar	248.102	24.810	62.026	124.051
	Diminuição da taxa dólar		(24.810)	(62.026)	(124.869)
Reserva de manutenção	Aumento da taxa do dólar	469.845	46.985	117.461	234.923
	Diminuição da taxa dólar		(46.985)	(117.461)	(234.923)
Contas a receber com Partes Relacionadas	Aumento da taxa do dólar	7.145	(715)	(1.786)	(3.573)
	Diminuição da taxa dólar		715	1.786	3.573
Empréstimos, financiamentos e debentures	Aumento do CDI	194.012	19.401	48.503	97.006
	Diminuição do CDI		(19.401)	(48.503)	(97.006)

(*) Com base nos efeitos reais das demonstrações financeiras, a administração efetuou as sensibilidades acima mantendo todas as demais variáveis.

Em 31 de dezembro de 2017, se o preço do barril tivesse variado em torno de 10%, mantendo todas as demais variáveis constantes, o valor do custo com combustível apresentaria um aumento/diminuição de aproximadamente US\$ 33 milhões, equivalente a aproximadamente R\$ 110 milhões. Essa variação seria uma diminuição/aumento dos custos com combustível de aviação.

Conforme anteriormente mencionado, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não operava com instrumentos financeiros derivativos.

25 Receita operacional líquida

	2017	2016
Receitas de voo	3.377.047	2.932.136
Outras receitas	351.709	201.098
(-) Deduções de vendas	(206.239)	(177.868)
Receita operacional líquida	3.522.517	2.955.366

As receitas são líquidas de impostos federais, estaduais e municipais os quais são recolhidos e transferidos para as instâncias governamentais apropriadas.

26 Custos e despesas operacionais

	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	Custos serv. Prestados	Custos Serv. Prestados	Desp. Gerais e administrativas	Desp. Gerais e administrativas	Desp. De vendas	Desp. De vendas
Total	3.008.947	2.403.063	249.545	212.764	272.590	185.686
Pessoal	540.593	413.780	67.511	46.204	42.964	35.022
Combustível	1.098.173	814.652	-	431	-	-
Arrendamento de aeronaves e motores	683.566	594.109	-	-	-	-
Outros arrendamentos	28.355	23.232	5.708	3.862	5.676	4.962
Manutenção	42.839	53.614	626	595	146	116
Tarifas aeroportuárias	217.927	185.820	-	46	-	-
Depreciação e amortização	51.613	58.415	9.128	10.085	365	278
Despesas diretas com tripulação técnica	175.714	135.763	163	9	8	2.823
Consumo de materiais	54.086	49.231	709	1.910	255	282
Serviços auxiliares	43.026	26.179	53.264	61.471	8.475	5.705
Outras despesas	28.060	18.183	76.947	58.199	582	558
Serviços auxiliares	14.685	12.686	6.634	6.236	4.599	3.365
Despesas eventuais	916	637	2.009	789	1.377	1.119
Contribuições e gratificações	-	171	2.334	1.229	3	2
Despesas diversas	8.492	3.703	4.473	1.159	1.731	-
Devedores duvidosos	436	-	-	(87)	-	-
Comissões	-	-	1.528	12.894	168.031	118.751
Marketing	-	1.999	-	98	38.003	12.154
Outras despesas comerciais	20.466	10.889	18.511	7.634	375	549

27 Outras receitas e despesas operacionais

	2017	2016
Receita operação <i>back-to-back</i> (i)	57.662	-
Receita de venda imobilizado	938	40.398
Custo na venda de motores <i>back-to-back</i> (i)	(67.147)	-
Custo nas vendas de motores	-	(17.959)
Outros	(9.214)	(9.111)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(17.761)	13.328

- (i) A Companhia realizou a venda de motores e simultaneamente arrendou os mesmos ativos do comprador, a transação de *sales leaseback* resultou em um arrendamento mercantil operacional, e a perda foi integralmente reconhecida no resultado.

28 Despesas financeiras líquidas

	2017	2016
Receitas		
Receita de variação cambial	137.602	201.555
Descontos obtidos e outras variações financeiras	31.528	2.614
Receitas financeiras	169.130	204.169
Despesas		
Despesa de variação cambial	(136.578)	(255.192)
Encargos sobre parcelamentos de impostos	(97.708)	(74.681)
Encargos sobre operações de crédito	(63.982)	(54.561)
Encargos sobre empréstimos bancários	(14.566)	(22.624)
Encargos sobre pagamentos de fornecedores em atraso	(32.437)	(23.183)
Outras variações financeiras	(2.481)	(4.993)
Despesas financeiras	(347.752)	(435.234)
Despesas financeiras líquidas	(178.622)	(231.065)

* * *

Frederico Pedreira
 Presidente

Ricardo Varotto
 Diretor de Controladoria
 Contador - CRC 01SP238424/O-0